

Brasil pede carência

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O Brasil quer de seis a sete anos de carência, para começar a pagar a dívida de US\$ 45,3 bilhões que deve ser refinanciada com prazo de 16 anos, e não aceita incluir na renegociação nenhuma cláusula que inviabilize o País de pedir novos empréstimos nos próximos anos, se isso se fizer necessário.

E ao FMI propôs um novo acordo em bases realistas, que compatibilize a retomada do crescimento com a queda da inflação e o equilíbrio das contas externas.

Foi o que informou, ontem, o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, ao fazer um relato de seus primeiros contatos com a comunidade financeira internacional e com o FMI, realizados semana passada nos Estados Unidos. Ontem, Dornelles tratou dessa questão com o presidente José Sarney, e amanhã terá um encontro com os líderes da Aliança Democrática para detalhar os entendimentos com os bancos e com o FMI.

A principal mudança na renegociação da dívida externa, em relação ao acordo preliminar deixado pelo governo anterior, é que o Brasil agora pede carência, durante a qual não pagará o principal da dívida, mas apenas os juros. Pelo acordo, montado por Deifim, Galvêas e Pastore, praticamente não havia carência, ou havia uma "carência evolutiva", com

o Brasil obrigando-se a pagar US\$ 300 milhões já este ano. Depois cresce o pagamento do principal ao longo dos anos, até que, dentro de seis anos, o País estaria pagando, além dos juros, amortização de US\$ 6 bilhões.

Com relação a dinheiro novo, que o governo anterior praticamente abriu mão pelos próximos cinco anos, o ministro Francisco Dornelles quer deixar a questão em aberto na renegociação. "Não podemos colocar no contrato nem que eles devem nos emprestar nem que nós não devemos pedir", argumentou. Para este ano, pelo menos, Dornelles acha que não haverá necessidade de recursos novos dos bancos, mas confirma que espera novos empréstimos por parte das instituições oficiais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Do FMI, o País receberá US\$ 400 milhões este ano e US\$ 800 milhões no ano que vem.

SEM RECESSÃO

Qualificando de cordial o encontro com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, o ministro Francisco Dornelles disse que fez a ele um balanço sobre o que foi feito na economia até agora, e assinalou que seu ministério está obrigado a renegociar o acordo com base nos compromissos assumidos pela Aliança Democrática em praça pública. Isso amplia em metas realistas que

possam ser cumpridas. E a base do novo acordo é que o crescimento econômico é uma imposição, e não há espaço para a recessão.

Dornelles disse que também explicou a aplicação do controle de preços, salientando que o setor privado estava exacerbando as expectativas de inflação, para até 500% ao ano, e que o setor público não se preocupava com redução de custos. Larosiere ficou aparentemente satisfeito com a explicação, mesmo porque Dornelles garantiu que o controle de preços é uma medida temporária.

Com o diretor do comitê de bancos credores, William Rhodes, o ministro da Fazenda relatou a sua conversa com o FMI. Pediu prorrogação por três meses da fase 2 (do ano passado), na expectativa de que, em 90 dias, as negociações estarão concluídas com o Fundo, podendo-se então assinar o acordo com os bancos. Dornelles explicou também que, pelo acordo com o FMI, agora stand by, as metas serão mais brandas.

Sobre política interna, o ministro Dornelles disse que seu ministério está acompanhando atentamente o projeto do Sulbrasileiro, a ser votado no Senado Federal. E garantiu que, em nenhum momento, falou em inflação de 5% no começo do mês. "Eu falei que desejo ver a inflação a zero, ou a um, ou dois, ou três, ou quatro, ou cinco". Dornelles salientou, porém, que está otimista com a reversão do processo inflacionário.

e maior prazo